

Raymundo Faoro adverte contra o perigo de um "pacto das elites"

Reportagem Local



A denúncia de que a Constituinte idealizada pelo atual governo será "uma mera transposição do autoritarismo para uma moldura liberal, dentro de um arranjo das elites", foi feita ontem pelo jurista Raymundo Faoro, 57, ao abrir

o ciclo de debates promovido pela Associação Paulista dos Magistrados, sob o tema "O Essencial numa Nova Constituição Brasileira". A abertura do ciclo contou com a presença do governador Franco Montoro, que disse ser "fundamental o debate em torno da futura Constituição Brasileira, como já preconizou o presidente Tancredo Neves".

Faoro, contudo, manifestou dúvidas quanto à mobilização popular por uma Assembleia Nacional Constituinte com o fim específico de elaborar uma nova Carta, ao falar sobre o tema "Constituinte ou Congresso com Poderes Constituintes". O jurista afirmou que "se não há entusiasmo pela Constituinte ou não há um movimento em profundidade é porque o povo está sabendo que tipo de Constituinte lhe querem impingir".

Segundo Faoro, "querem transportar todos os vícios das Constituintes de 1891, 1933, 1946 e 1967 para a Constituinte de agora". Aquelas fo-

ram Constituintes "inautênticas", segundo o jurista, "feitas dentro do poder Executivo".

"A Constituinte de 46, por exemplo — acrescentou o jurista — é a transposição em termos liberais do Estado Novo. Também agora se pretende transpor o autoritarismo para uma moldura liberal, dentro de um arranjo das elites, como se fez em 1891 e em todas as outras Constituintes deste século".

Faoro disse que sua tese — a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte paralela e simultânea ao Congresso ordinário — é exatamente contrária à tese do presidente eleito Tancredo Neves, "tanto na forma como na essência". Explicou que, na forma, a tese do governo atual é de que o próximo Congresso tenha poderes constituintes e que, na essência, "faça um arranjo entre governantes e governados". Para Faoro, "é chegado o momento de um pacto político entre governados e cidadãos, não admitindo a pré-existência de chefias ou de governos, tanto chefias militares como chefias tradicionais de outra índole qualquer".

"O Congresso com poderes constituintes é melhor que não venha, é melhor que não haja nada. Porque, se o Congresso pode fazer as reformas, que as faça, mesmo com o quórum atual de dois terços. E se vier, este tipo de Constituinte vai anular durante muitos anos toda

especulação em torno de Constituinte, o que é exatamente o que o grupo dominante quer", afirmou Faoro.

O jurista argumentou que "um Congresso com poderes constituintes faz apenas uma reforma da Constituição, grande ou pequena, mas uma reforma. Pois fica então politicamente e juridicamente dentro da situação constituída. Ele é inapto para grandes mudanças ou para as transformações de estrutura. Suponho até que chamá-lo de Assembleia Constituinte é um jogo semântico e uma mentira. Ele já tem esses poderes constituintes".

Para Faoro, "o que se pretende dar ao futuro Congresso é simplesmente um quórum para deliberar com maioria simples ou absoluta, porque atualmente ele delibera com dois terços, ou para deliberar em conjunto, porque atualmente ele delibera em separado. São pequenas alterações que não mudam a estrutura do poder constituído. Além de tudo, este Congresso não é representativo. Ele sofre uma distorção representativa que não permite traçar o rumo do País para as futuras gerações. Dentro dessa estrutura, o jogo é mais ou menos conhecido, significa impor ao Brasil moderno um sistema arcaico, quer nas relações de trabalho, quer na evolução da economia. Suponho também, que um país organizado dentro dessa estrutura não irá atender aos reclamos de justiça da população brasileira".

Hoje, encontro de presidentes de Tribunais

Do correspondente em Vitória

"A independência do Poder Judiciário" é o principal tema do 2º Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, que será aberto hoje, em Vitória, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, com o objetivo de discutir e apresentar sugestões ao governo sobre a reforma na Constituição Federal no que diz respeito ao Judiciário.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Sebastião Sobreira, "a reforma é necessária tendo em vista que as alterações feitas na Constituição, nos últimos anos, o Poder Judiciário não foi ouvido". Além disso, de acordo ainda com Sobreira, essas alterações só atingiram os tribunais superiores, continuando a instância inferior "sem a agilidade indispensável ao atual momento histórico que vive o País".

Nova Carta é tema de debate em Franca

Do correspondente em Franca

O jornalista Claudio Abramo, da Folha, discorrerá hoje, em Franca, sobre "Sindicatos, Associações e Entidades de Classe", dando sequência ao ciclo de debates pró-Constituinte iniciado na última segunda-feira. A iniciativa é da Câmara Municipal e as conferências prosseguirão até sexta-feira, sempre a partir das 20h, nos salões da Associação dos Empregados no Comércio (AEC).

O deputado federal João Cunha — que na última hora substituiu o secretário de Justiça de São Paulo, José Carlos Dias — abriu o ciclo de debates, assistido por aproximadamente mil pessoas. Enfatizou a importância da conscientização da população para o respeito às normas constitucionais, "não bastando a formulação de nova Carta Magna".

FOLHA DE SÃO PAULO
10 ABR 1985

ANC 88
Pasta 03-05/85
041/1985